

RELATÓRIO ANUAL **DE ATIVIDADES** **2017**



INTEGRADA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

integrada.coop.br

A Cooperativa Integrada agora também tem **COMBUSTÍVEL**

Comprar na Integrada é muito mais vantajoso.



 **INTEGRADA**
COMBUSTÍVEIS

ADQUIRA SEU TANQUE EM
NOSSA LOJA DE MÁQUINAS

Faça o pedido diretamente
nas unidades da Integrada

Receba combustível de
qualidade na sua propriedade

Restituição do ICMS

O alimento vem do campo.
A tecnologia vem da cidade. É uma
união. Uma cooperação. E cooperar
é compartilhar. Cooperar é compartilhar
serviços, tecnologia, conhecimento,
produtividade e resultados.

E assim, juntos, produzimos alimentos
para o mundo, geramos valor para
os cooperados e movimentamos
a economia, contribuindo para uma
sociedade cada vez mais forte.

cooperar é
compartilhar.



MISSÃO

Promover o desenvolvimento dos cooperados e colaboradores, bem como atender aos anseios dos clientes e fornecedores por meio de produtos e serviços de excelência e atuando com responsabilidade socioambiental.

VISÃO

Ser referência entre as maiores e melhores cooperativas agroindustriais do país.

VALORES

Espírito cooperativista

Procuramos construir uma sociedade melhor, baseada em valores nobres de ajuda mútua, solidariedade, igualdade de direitos e deveres, responsabilidade, compromisso e participação democrática.

Comportamento ético

Objetivamos gerar respeito e admiração de todos ao agirmos com a maior consideração e preocupação pela lei, pelo meio ambiente e pelo tratamento justo às pessoas, conduzindo-nos de acordo com os princípios da honestidade, integridade e confiabilidade.

Competitividade

Identificamos e apreendemos oportunidades de modo a aperfeiçoar as maneiras de como fazer as tarefas e a implementar mudanças em processos de trabalho, visando assegurar o desempenho de alta performance e a consequente sustentabilidade dos negócios.

Desenvolvimento humano

Acreditamos que a cooperativa deve fornecer oportunidades para que cooperados e colaboradores desenvolvam seu potencial de forma completa, além de encorajá-los a praticarem comportamentos de liderança e criatividade.

Qualidade

Produzir e fornecer produtos e serviços com excelência e qualidade, atendendo às regulamentações aplicáveis por meio de colaboradores treinados, promovendo o crescimento contínuo e sustentável para servir clientes, cooperados, consumidores e fornecedores.

SUMÁRIO

Mensagem do Conselho de Administração. 7

Ações Socioambientais.8

Localização das Unidades. 10

Registros Gerais.12

Conselho de Administração-Gestão 2017-2019. 12

Conselho Fiscal - Gestão 2017. 12

Coordenadores de Núcleos Regionais de Cooperados-Gestão 2017.13

Superintendentes e Gerentes de Indústrias. 13

Gerentes Regionais. 14

Quando Social - Evolução do Exercício. 14

Capacidade Estática de Armazenagem e Secagem da Produção. 15

Recebimento da Produção. 16

Comercialização da Produção. 17

Comercialização de Bens de Venda/ Industriais. 18

Balanco Patrimonial. 19

Demonstração de Sobras ou Perdas. 21

Demonstração de Sobras ou Perdas Abragentes. 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 22

Demonstração dos Fluxos de Caixa- Método Indireto. 23

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras. 24

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras. 54

Parecer do Conselho Fiscal. 56

Orçamento para o Exercício de 2018. 57

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Brasil vive um dos piores momentos econômicos e políticos da história e esse cenário conturbado acabou por chegar ao agronegócio em 2017. Economia estagnada e volatilidade dos mercados prejudicaram a balança comercial do setor e afetaram o resultado global de toda a cadeia produtiva. O agronegócio atingiu patamares excelentes de produtividade em 2017 e a Integrada bateu recordes de recebimento de produção, com destaque para a soja. Somadas todas as culturas, a cooperativa recebeu mais de 2,3 milhões de toneladas de grãos. Infelizmente, os preços não acompanharam essa evolução e ficaram abaixo das expectativas, diminuindo as margens de rentabilidade, tanto para cooperados como para a cooperativa. Na área industrial, a Integrada também viveu a disparidade entre produção e preço. As unidades industriais de ração, suco e milho bateram seguidos recordes de produção. Entretanto, os baixos preços praticados pelo mercado, em função da retração econômica, diminuíram a rentabilidade. Ainda assim, o ano de 2017 foi importante para os negócios da Integrada, que consolida a cada ano sua participação no interior paulista e também em outras áreas

de atuação no Paraná, principalmente no norte pioneiro, onde a cooperativa começou a desenvolver seu trabalho na região de Wenceslau Braz por meio da aquisição da cooperativa Aprocer. Com uma unidade de recebimento nessa cidade, a cooperativa opera na comercialização de insumos, na prestação de serviços e no recebimento da produção. Também começaram os trabalhos da nova unidade de negócios da cooperativa. Com a venda de combustíveis, por meio do TRR, a Integrada atende a mais uma necessidade dos cooperados na comercialização de combustíveis, insumo muito importante na atividade agrícola. Apesar dos percalços vividos em 2017, a Integrada mantém firme seu foco no fortalecimento da cooperativa e na geração de valor para o cooperado, conforme o planejamento estratégico traçado para 2020, com o Projeto 4x4, cuja meta é chegar em 2020 com faturamento de R\$ 4 bilhões e resultado líquido de 4%. Com a dedicação de nossos colaboradores e a confiança de nossos cooperados, vamos superar essa turbulência em que vive o país e continuar nossa caminhada rumo ao 4x4.

Londrina, 9 de março de 2018.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O ano de 2017 foi marcante para o Projeto Nossa Água, da Cooperativa Integrada, em que foi feita a comemoração dos 10 anos de existência. Desde a criação do Nossa Água, milhares de árvores foram plantadas e milhares de peixes soltos em importantes bacias hidrográficas do Paraná. As realizações da primeira década do projeto são apenas o começo das intenções da cooperativa, que tem como foco a sustentabilidade, com vista à perenidade dos seus negócios.

O Projeto Nossa Água teve a honra de ser um dos três finalistas do Prêmio ANA 2017, que registrou mais de 600 projetos, inscritos em 9 categorias. A conquista se deve graças ao apoio dos cooperados e dos colaboradores, que abraçaram o projeto, o qual visa também à inclusão social.

De uma maneira lúdica, a mensagem sobre a importância da biodiversidade foi destaque por meio das peças teatrais realizadas em 14 escolas da rede municipal de ensino. Por falar em educação, o Projeto Nossa Água trabalhou na educação ambiental por meio do Encontro Literário. Ao todo, foram doadas 719 obras de Monteiro Lobato para os alunos da rede municipal de ensino, com 60 escolas participantes. O concurso literário envolveu 100 professores e 2.839 alunos, que utilizaram muita criatividade nas produções textuais. Vale ressaltar que o voluntariado é ação marcante nesse projeto, com a participação do Sr. Léo Pires Ferreira.

A Integrada quer ampliar cada vez mais as suas ações no departamento socioambiental. Neste ano, a cooperativa lançou o Programa Atitudes Integrada, que tem por objetivo desenvolver comportamentos assertivos em relação à gestão organizacional e visual das unidades, facilitando, dessa forma, a execução das rotinas diárias com melhorias nos aspectos em relação ao atendimento das fiscalizações, às auditorias de clientes e à melhoria no desempenho socioambiental, na segurança e na qualidade.

Melhorar a performance e o desempenho nos aspectos socioambientais com o objetivo de intensificar práticas de sustentabilidade tem sido uma busca constante para atingirmos as metas do Planejamento Estratégico da Cooperativa. Para tal, iniciamos, em março de 2017, um estudo para implementação dos requisitos das ISO 14001 (Ambiental) e 16001 (Responsabilidade Social). Diversas ações foram realizadas durante o ano, envolvendo os colaboradores das indústrias de milho,

sucos e rações, bem como as regionais Londrina, Uraí, Cornélio Procopio e Cambará. Essas unidades são as primeiras a participarem do escopo do projeto. A meta até 2020 é a certificação e, depois, estender as ações para as demais unidades.

O processo de governança está totalmente integrado na busca pela sustentabilidade do negócio, assim, a nova geração também é alvo de investimentos para perenidade do negócio. No ano de 2017, a cooperativa realizou diversas atividades voltadas para o público jovem. Algumas dessas ações foram os encontros de jovens realizados em praticamente todas as regionais da cooperativa. No final de agosto, por exemplo, a Integrada realizou, no Hotel Fazenda Salto Bandeirantes, localizado no município de Santa Fé (PR), um treinamento de vivência voltado para a formação de novas lideranças. Jovens de diversas regiões de atuação da Integrada participaram de dois dias de treinamento vivencial com o instrutor empresarial João Froes de Azevedo.

Outra ação que contou com a participação da nova geração foi o curso de conselheiros cooperativistas. Em parceria com o Instituto Superior de Administração e Economia ISAE/FGV, em nove meses de curso, os alunos aprenderam sobre cooperativismo, liderança, economia, tributação, entre outros temas.

As ações sociais em prol da comunidade estão intrínsecas nos valores da cooperativa. O ano de 2017 foi marcado pelo comprometimento dos cooperados e dos colaboradores com a comunidade onde estão inseridos. A saber, 7074 crianças e 60 entidades foram beneficiadas com a doação de milhares de brinquedos pedagógicos por meio do Plante um Sorriso.

Na campanha “Eu ajudo na lata”, em parceria com a Unimed Federação, foram arrecadados, em 2017, por colaboradores e cooperados, aproximadamente 300 garrafas com lacres. O montante foi o suficiente para comprar duas cadeiras de rodas, as quais foram doadas para entidades de Uraí e Astorga.

No que diz respeito à devolução de embalagens vazias de defensivos agrícolas, a Integrada também tem estimulado os cooperados a descartarem de maneira correta as embalagens ao Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev).



REGISTROS GERAIS

Data da Constituição	06 de dezembro de 1995
JUCEPAR	414.0001015 5 - 21/12/1995
CNPJ	00.993.264/0001-93
CMC	103.698-0
OCEPAR	378-12/08/1996
CAD-ICMS	601.30872-00

MATRIZ

Rua São Jerônimo, 200 - Centro - Londrina - Paraná
CEP: 86010-480
TELEFONE: 43 3294-7000
E-MAIL: integrada@integrada.coop.br
SITE: www.integrada.coop.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12 GESTÃO 2017 - 2019

Diretor Presidente	Jorge Hashimoto
Diretor Vice-presidente	João Francisco Sanches Filho
Diretor Secretário	Katsumi Sérgio Otaguiri
Conselheiro	Carlos Tsuyoshi Kamiguchi
Conselheiro	José Aparecido Perles
Conselheiro	Odair Trevisan
Conselheiro	Osmar João Bertoli Júnior

CONSELHO FISCAL

GESTÃO 2017

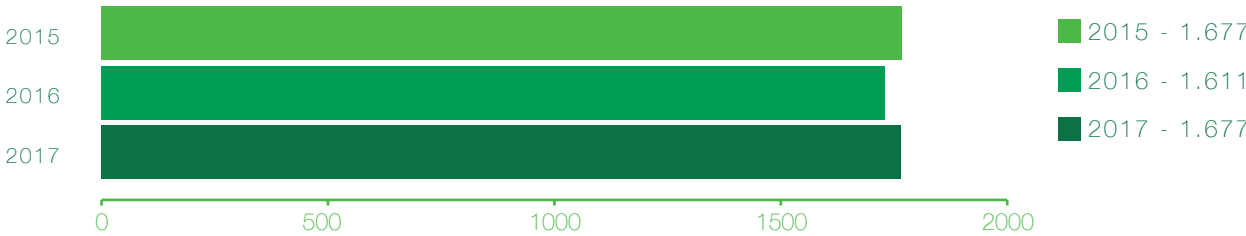
Efetivos	Suplentes
Cláudio Marcos Orsini	Darci Carlos Fogatte
Paulo Polvani	Antônio Roberto Pagotti
Katsumi Goto	Eduardo Takumi Miyata

COORDENADORES DE NÚCLEOS REGIONAIS DE COOPERADOS - GESTÃO 2017

Regional	Coordenador
Arapongas	VALENTIN ALFREDO ROSOLEN
Assaí	MÁRCIO RYUITI ARABORI
Astorga	IGOR BONK
Bandeirantes	QUIRINO NAOYASSU IAMAGUCHI
Cambará	EDSON ARIOSIO
Cornélio Procópio	HUMBERTO FÁVARO
Floraí	KELSON FUMIHIRO FURUKITA
Goioerê	MÁRCIO LUIZ BONESI
Guaíra	LUIZ ARNALDO AMBIEL
Londrina	JOÃO KATSUMI NAZIMA
Maringá	MICHEL CASAVECHIA
Mauá da Serra	HUMBERTO HIROMITSU UEMURA
Ubiratã	ALDO ANTÔNIO SALVETTI
Uraí	PAULO TUNEYUKI TERABE

13

RECURSOS HUMANOS



SUPERINTENDENTES

Superintendência Administrativa e Financeira	Akio Cyoia
Superintendência Comercial	João Bosco de Souza Azevedo
Superintendência Insumos e Técnica	Seisuke Ito
Superintendência Regional e Industrial	Haroldo José Polizel

GERENTES DE INDÚSTRIAS

Unidade Industrial de Milho	Igor Beno Bourscheidt
Unidade Industrial de Rações	Cleonei Julio Ghesti
Unidade Industrial de Sucos	Paulo Antônio Rizzo

GERENTES REGIONAIS

Arapongas	Sergio Koyashiki
Assaí	Mário César Lopes
Astorga	Adilson Hanser
Bandeirantes	Eraldo Benedito Martins
Cambará	Amauri Orlando
Campos Novos Paulista	Nelson Toyokazu Yamanaka
Cornélio Procópio	Cesar Traguetta Favaro
Goioerê	Jaime Emílio Viotto
Guaira	Wanderlei Fulan
Londrina	Haroldo Feliciano Denofrio
Maringá	Gustavo Aurélio Souza Bompani
Mauá da Serra	Eronir Felizari
Ubiratã	Mário Sergio Bedeu
Uraí	Milton Takinami

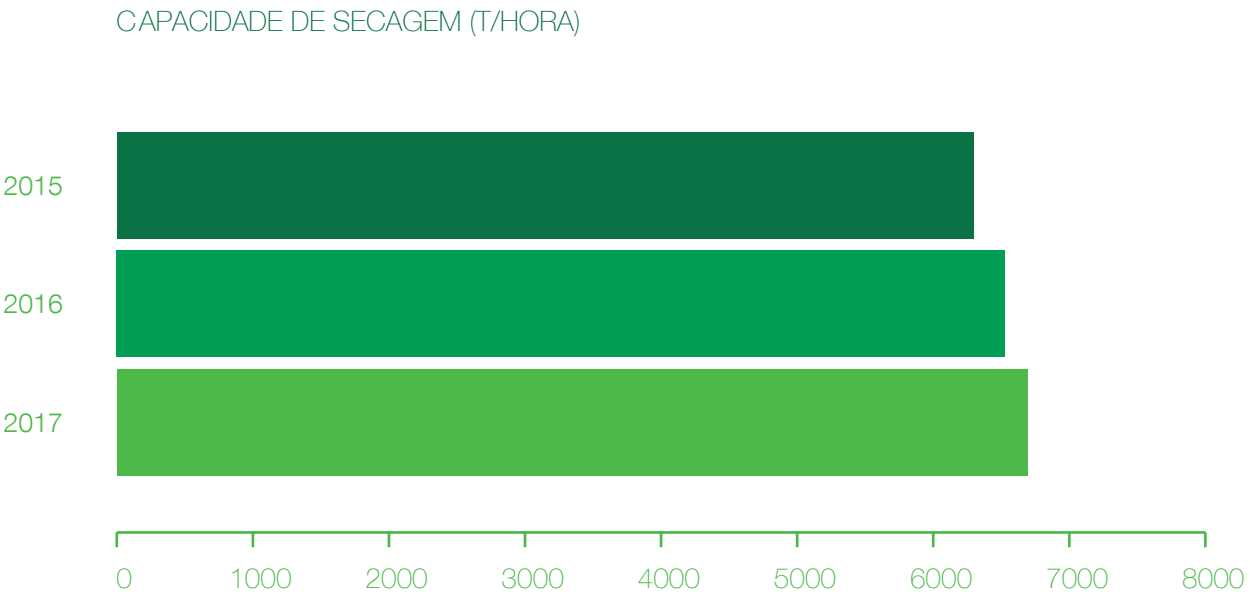
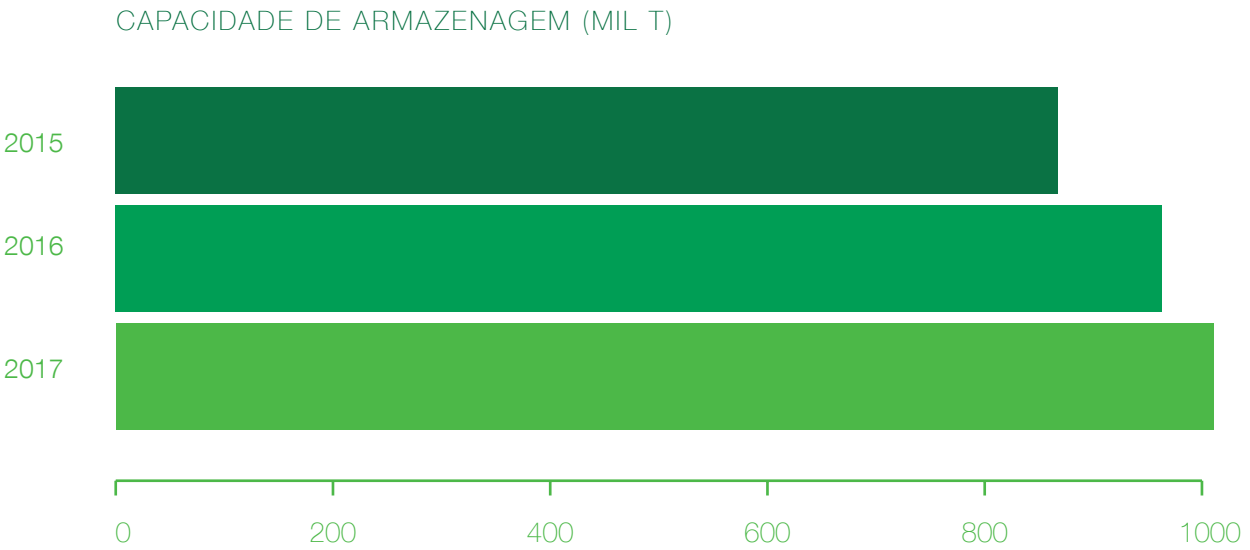
QUADRO SOCIAL-EVOLUÇÃO DO EXERCÍCIO

Posição em 2016	8.777
Admissão	634
Demissão	39
Exclusão	81
Posição em 2017	9.291

REGIONAL	NÚMERO DE ASSOCIADOS
Arapongas	609
Assaí	670
Astorga	609
Bandeirantes	1.158
Cambará	922
Campos Novos Paulista	177
Cornélio Procópio	568
Floraí	305
Goioerê	649
Guaira	518
Londrina	518
Maringá	1.030
Mauá da Serra	147
Ubiratã	928
Uraí	483

CAPACIDADE ESTÁTICA
ARMAZENAGEM E SECAGEM DE PRODUÇÃO

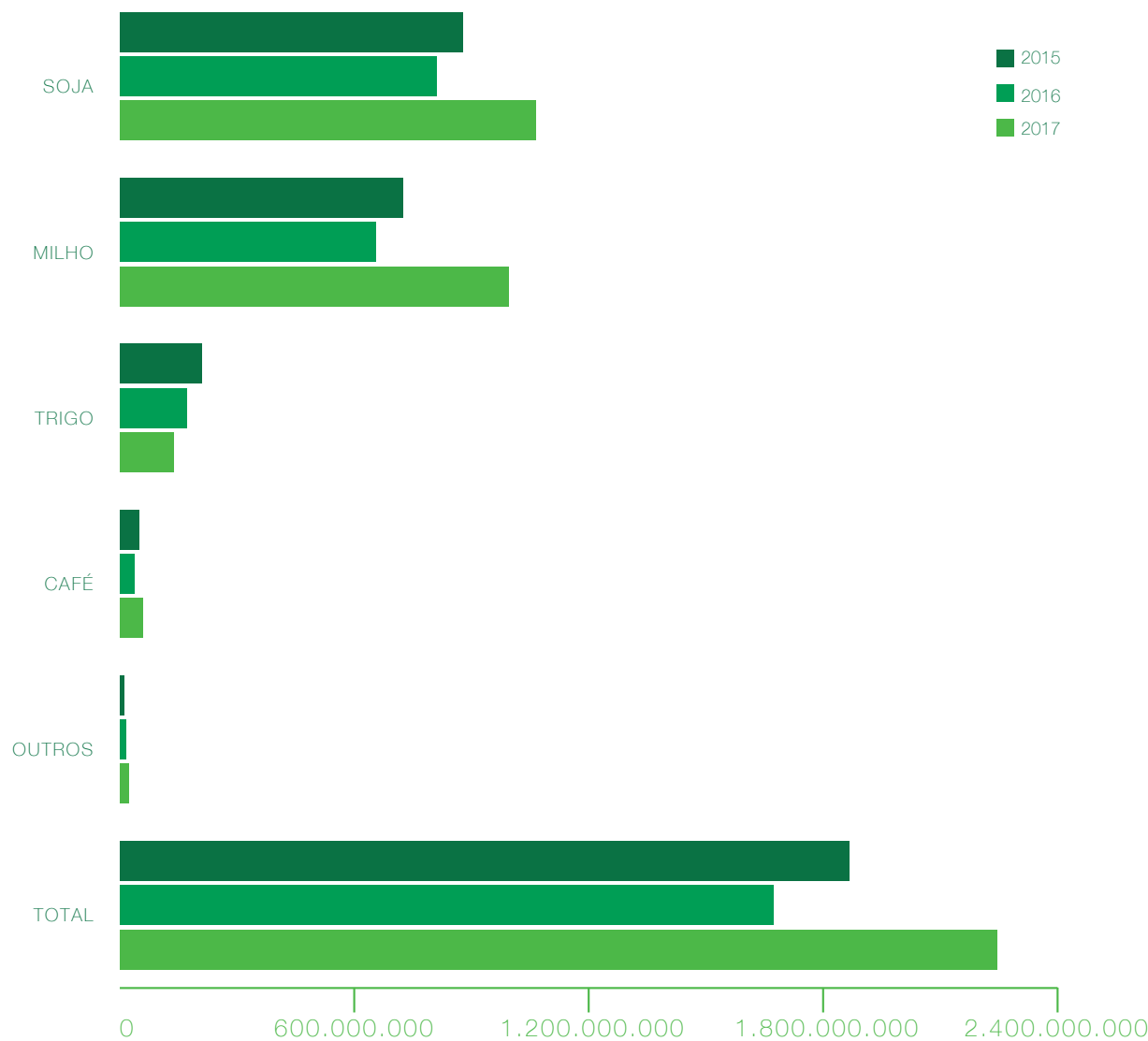
ANO	CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM (MIL T)	CAPACIDADE DE SECAGEM (T/HORA)
2015	921,3	6.200
2016	985,9	6.445
2017	1013,8	6.690



RECEBIMENTO DA PRODUÇÃO

EM KG

ANO	SOJA	MILHO	TRIGO	CAFÉ	OUTROS	TOTAL
2015	854.228.640	741.774.900	257.436.120	13.945.620	3.988.860	1.871.374.140
2016	799.632.540	645.927.420	183.003.240	10.804.020	4.322.940	1.643.690.160
2017	1.095.477.420	1.005.719.880	152.490.600	14.758.260	7.702.560	2.276.148.720

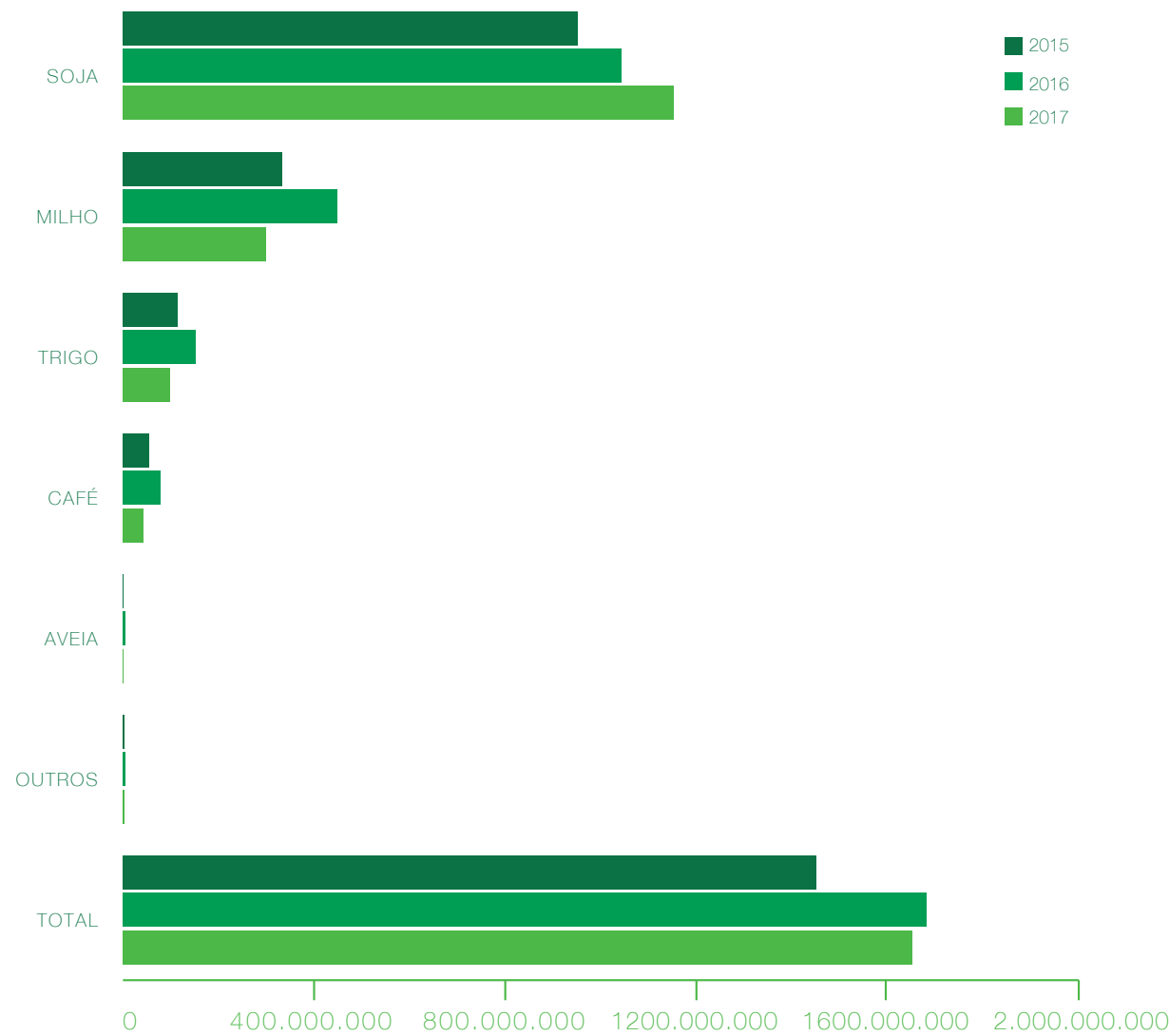


COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

EM REAIS

ANO	SOJA	MILHO	TRIGO	CAFÉ	AVEIA	OUTROS
2015	889.983.514	357.420.768	139.410.938	65.456.002	1.838.054	2.987.993
2016	961.695.098	457.118.798	168.873.888	105.618.019	4.022.865	4.747.475
2017	1.117.459.985	345.152.232	120.410.073	80.853.301	1.822.907	3.827.026

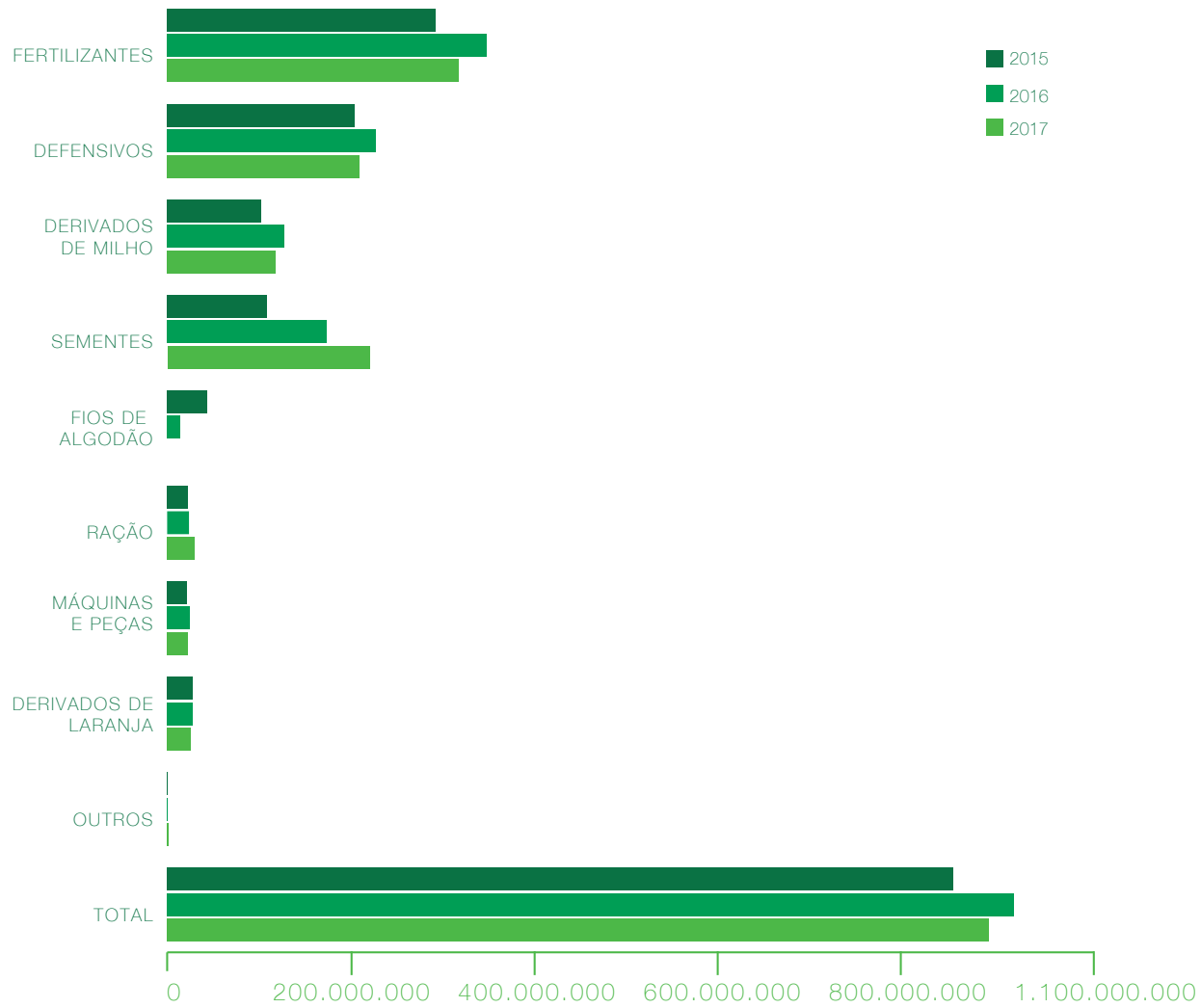
ANO	TOTAL
2015	1.457.097.269
2016	1.702.076.142
2017	1.669.525.524



COMERCIALIZAÇÃO DE BENS DE VENDA/INDUSTRIAIS (EM REAIS)

BENS DE VENDA/ INDUSTRIAIS	2015	2016	2017
Fertilizantes	295.404.947	360.404.480	332.692.157
Defensivos	200.133.324	219.689.405	208.942.832
Derivados de Milho	109.863.750	166.036.301	146.024.818
Sementes	135.891.422	187.861.092	215.812.049
Fios de Algodão	41.993.705	7.495.812	-
Ração	25.712.443	25.833.928	36.354.936
Máquinas e Peças	26.655.426	28.691.784	26.673.049
Derivados de Laranja	29.530.139	29.626.200	28.974.021
Outros	1.086.036	1.356.118	1.475.992
Total	866.271.192	1.026.995.120	996.949.854

18



BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE		1.258.199	1.136.338	1.258.409	1.136.338
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	169.519	188.908	169.579	188.908
Caixa		1.193	660	1.193	660
Bancos Conta Movimento		1.859	2.574	1.919	2.574
Aplicações de Liquidez Imediata		166.467	185.674	166.467	185.674
CRÉDITOS E OUTROS RECEBÍVEIS		736.729	585.581	736.849	585.581
Cooperados	5	392.677	357.155	392.677	357.155
Clientes	6	191.721	103.660	191.721	103.660
Adiantamentos a Fornecedores		76.537	63.167	76.537	63.167
Créditos Tributários	7	52.929	48.809	53.049	48.809
Instrumentos Financeiros – Derivativos	23	8.865	-	8.865	-
Outros Créditos	8	14.000	12.790	14.000	12.790
ESTOQUES	9	351.836	361.698	351.836	361.698
Bens de Venda/Fornecimento	9.1	193.203	213.477	193.203	213.477
Produtos Agrícolas	9.2	94.102	80.354	94.102	80.354
Mat. Primas e Produtos Industriais	9.3	53.592	58.279	53.592	58.279
Outros	9.4	10.939	9.588	10.939	9.588
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		115	151	145	151
NÃO CIRCULANTE		795.405	724.541	795.265	724.539
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		199.023	162.784	198.361	162.782
Cooperados	5	3.168	12.342	3.168	12.342
Clientes	6	144	478	144	478
Créditos Tributários	7	16.441	8.275	16.441	8.275
Tributos Diferidos	18	1.358	-	1.381	-
Bens a Comercializar		1.026	964	1.026	964
Controladas		685	2	-	-
Depósitos Judiciais	10	176.201	140.723	176.201	140.723
INVESTIMENTOS	11	7.640	6.594	6.718	6.594
IMOBILIZADO	12	588.742	555.163	590.186	555.163
TOTAL DO ATIVO		2.053.604	1.860.879	2.053.674	1.860.877

19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
PASSIVO	Nota explicativa				
CIRCULANTE		1.150.849	1.054.063	1.150.916	1.054.063
Cooperados	13	275.512	268.266	275.512	268.266
Fornecedores	14	76.336	100.113	76.394	100.113
Adiantamentos de Clientes		6.235	13.431	6.235	13.431
Obrigações Sociais e Tributárias	15	16.499	15.149	16.508	15.149
Instituições Financeiras	16	776.267	657.104	776.267	657.104
NÃO CIRCULANTE		351.124	301.102	351.124	301.102
Cooperados	13	2.338	2.135	2.338	2.135
Fornecedores	14	6.814	1.244	6.814	1.244
Instituições Financeiras	16	164.664	157.589	164.664	157.589
Obrigações Sociais e Tributárias	15	174.200	140.134	174.200	140.134
Provisão para Riscos	17	687	-	687	-
Tributos Diferidos	18	2.421	-	2.421	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	551.631	505.714	551.634	505.712
CAPITAL SOCIAL	19.1	99.976	91.137	99.979	91.137
RESERVAS	19.2	358.823	311.988	358.823	311.988
Reserva Legal		92.974	80.800	92.974	80.800
Reserva Assist. Téc. Educ. e Social		67.436	58.639	67.436	58.639
Reserva de Desenvolvimento		198.413	172.549	198.413	172.549
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	19.3	71.635	79.079	71.635	79.079
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		21.197	23.510	21.197	23.508
Sobras à Disposição da A.G.O.	19.4	21.197	23.510	21.197	23.508
TOTAL DO PASSIVO		2.053.604	1.860.879	2.053.674	1.860.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
		Cooperados	Não Cooperados	Total	Total
INGRESSO E RECEITA OPERACIONAL BRUTA		2.380.358	339.375	2.719.733	2.792.048
Ingressos e Vendas		2.362.133	334.741	2.696.874	2.768.669
Ingressos e Receitas Técnicas e Administrativas		18.225	4.634	22.859	23.379
(-) DEDUÇÕES DO INGRESSO E RECEITA BRUTA		39.808	14.654	54.462	71.294
Devoluções de Ingressos e Vendas		25.450	4.948	30.398	39.598
Tributos s/ Ingressos e Vendas		14.358	9.706	24.064	31.696
INGRESSO E RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.340.550	324.721	2.665.271	2.720.754
DISPÊNDIOS E CUSTOS DAS VENDAS	21	1.924.168	282.865	2.207.033	2.367.914
SOBRA/LUCRO BRUTO		416.382	41.856	458.238	352.840
DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	21	266.526	43.742	310.268	226.177
Dispêndios e Despesas com Vendas		71.854	18.333	90.187	40.511
Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas		194.859	25.415	220.274	182.943
Outros Dispêndios e Despesas		1.254	290	1.544	1.544
(-) Outros Ingressos e Receitas		1.441	370	1.811	1.811
Equivalência Patrimonial	11	-	74	74	-
RESULTADO ANTES DO FINANCEIRO		149.856	(1.886)	147.970	126.663
RESULTADO FINANCEIRO	22	(89.245)	4.977	(84.268)	(51.405)
Ingressos e Receitas Financeiras		59.921	29.491	89.412	82.604
(-) Dispêndios e Despesas Financeiras		149.166	24.514	173.680	134.009
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ LUCRO		60.611	3.091	63.702	75.258
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18	-	195	195	3.501
Imposto de Renda e Contribuição Social, Corrente		-	1.643	1.643	3.501
Imposto de Renda e Contribuição Social, Diferido		-	(1.448)	(1.448)	(1.471)
SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24	60.611	2.896	63.507	71.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
		Cooperados	Não Cooperados	Total	Total
Sobra e Lucro Líquido do Exercício	24	60.611	2.896	63.507	71.757
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		60.611	2.896	63.507	71.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

22

	Nota explicativa	Social Capital	Reserva Legal	Reserva de Assist. Téc. Educ. e Social	Reserva de Desenvolvimento	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Sobras à Disposição da A.G.O.	Atribuível à Controladora	Participação de Não Controladoras	Total Consolidado
Saldo em 31/12/2015		82.990	67.360	47.233	144.011	84.388	17.716	443.698		443.698
Sobras Distribuídas de 2015							(17.716)	(17.716)		(17.716)
Integralizações		51						51		51
Retenções		11.261						11.261		11.261
Devolução de Capital		(2.412)						(2.412)		(2.412)
Demissões e Exclusões		(753)						(753)		(753)
Créditos não Reclamados			6					6		6
Utilização da RATES				(177)				(177)		(177)
Sobras / Lucro do Exercício		24					71.756	71.756	(2)	71.754
Sobras de Investimentos em Outras Cooperativas					4		(4)	-		-
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial						(5.309)	5.309	-		-
Transf. Ajuste Avaliação Patrimonial				285	5.024	(5.309)	(5.309)	-		-
Transf. p/ RATES Resultado N/Cooperados		19.4		4.581		(4.581)	(4.581)	-		-
Destinação p/ Reserva Legal		19.4	13.434			(13.434)	(13.434)	-		-
Destinação p/ RATES		19.4		6.717		(6.717)	(6.717)	-		-
Destinação p/ Reserva de Desenvolvimento		19.4			23.510	(23.510)	(23.510)	-		-
Saldo em 31/12/2016		91.137	80.800	58.639	172.549	79.079	23.510	505.714	(2)	505.712
Sobras Distribuídas de 2016							(23.510)	(23.510)		(23.510)
Integralizações		65						65	3	68
Retenções		11.580						11.580		11.580
Devolução de Capital		(2.140)						(2.140)		(2.140)
Demissões e Exclusões		(666)						(666)		(666)
Créditos não Reclamados			61					61		61
Utilização da RATES				(469)				(469)		(469)
Sobras / Lucro do Exercício		24					63.507	63.507	2	63.509
Sobras de Investimentos em Outras Cooperativas					48		(48)	-		-
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial						(4.933)	4.933	-		-
Transf. Ajuste Avaliação Patrimonial				314	4.619	(4.933)	(4.933)	-		-
Transf. IRPJ/CSLL Diferido – PNC						(2.511)	(2.511)	-		(2.511)
Transf. p/ RATES Resultado N/Cooperados		19.4		2.896		(2.896)	(2.896)	-		-
Destinação p/ Reserva Legal		19.4	12.113			(12.113)	(12.113)	-		-
Destinação p/ RATES		19.4		6.056		(6.056)	(6.056)	-		-
Destinação p/ Reserva de Desenvolvimento		19.4			21.197	(21.197)	(21.197)	-		-
Saldo em 31/12/2017		99.976	92.974	67.436	198.413	71.635	21.197	551.631	3	551.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Sobras e Lucro Líquido do Exercício

Ajustes por:

Depreciação

 Baixas de Imobilizado

Despesas de Juros

Variação Cambial

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Perdas Estimadas Créditos de Liq. Duvidosa

Outras Provisões

Provisão para Riscos

Equivalência Patrimonial

Imposto de Renda e Contribuição Social, diferido

Sobra e Lucro Líquido Ajustados

Variação em Contas a Receber

Variação em Tributos a Compensar

Variação em Outros Créditos

Variação em Estoques

Variação em Bens a Comercializar

Variação em Despesas Exercício Seguinte

Variação em Depósitos Judiciais

Variação em Fornecedores

Variação em Obrigações Sociais e Tributárias

Caixa Proveniente das Operações

Juros Pagos

Imposto de Renda e Contribuição Pagas

Caixa Líquido (Utilizado) Proveniente das Atividades Operacionais

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Compra de Ativo Imobilizado

Aumento em Investimentos

Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Pagamento de Sobras

Integralização e Retenção de Capital

Empréstimos Tomados

Pagamentos de Empréstimos

Saída de Cooperados

Devolução de Capital

Utilização da RATES

Créditos Não Reclamados

Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento

(Redução) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período

Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período

Variação das Contas de Caixa e Equivalentes de Caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa administra o empreendimento econômico que representa os interesses e negócios de seus cooperados de forma coletiva, no âmbito dos mercados locais, nacionais e internacionais, bem como junto ao poder público e da sociedade em geral.

As principais atividades da sociedade são: assistência técnica, recebimento, preparação e armazenamento de produtos, compras e vendas em comum, difusão de tecnologia, processamento e industrialização.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade:

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Integrada Cooperativa Agroindustrial foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicáveis às sociedades cooperativas contidas na Lei n.º 5.764/71;

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Integrada Cooperativa Agroindustrial em 19 de janeiro de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Cooperativa estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cooperativa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos:

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cooperativa e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas e dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.b) Consolidação: determinação se a Cooperativa detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 3.k) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas 5 e 6 – Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Notas explicativas 5 e 6 – Ajustes a valor presente de componentes dos ativos e passivos;
- Nota explicativa 12 – Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 23 – Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- Nota explicativa 3.p) (v) – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 17– Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Cooperativa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Cooperativa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Cooperativa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Cooperativa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 - Estoques;
- Nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros (contratos a termo, operações de troca/permuta);

d) Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Entidades controladas:
Controlada é uma entidade na qual a Integrada detém o controle. A Integrada possui somente uma controlada em 2017 e 2016:
- Integrada Combustíveis e Logística Ltda.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) Regime de escrituração:
Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime consiste no reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos quando ganhas ou incorridas, independente de seu efetivo recebimento ou pagamento, sendo diferidas aquelas que pertencem ao próximo exercício.
- b) Consolidação:
A Cooperativa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Cooperativa obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.
- Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.
- A Cooperativa elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.
- Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cooperativa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.
- c) Conversão de moeda estrangeira:
As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Cooperativa e do seu principal ambiente econômico de atuação. As transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos e registrados de acordo com as taxas de câmbio oficiais vigentes. Os ganhos e perdas cambiais apuradas sobre ativos e passivos são reconhecidos no resultado do período nas contas de ingressos e receitas e dispêndios e despesas financeiras;
- d) Classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes:
Os ativos realizáveis e passivos vencíveis em 2018 foram classificados como circulantes e os realizáveis e vencíveis após essa data, como não circulantes;
- e) Caixa e equivalentes de caixa:
Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, mensuradas pelo valor de custo amortizado por meio do método dos juros efetivos;
- f) Créditos e outros recebíveis:
Os valores a receber de cooperados e clientes, são registrados pelo valor de nota fiscal de venda e ajustados mensalmente a valor presente de acordo com a taxa de juros da negociação, quando houver efeitos relevantes;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O valor das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa considera a análise da administração sobre prováveis perdas na realização dos créditos, estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que os cooperados ou clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos nos prazos originais de contas a receber, levando-se em consideração os créditos aplicados nas atividades agrícola, comercial e industrial;
- g) Ajuste a valor presente:
A Cooperativa reconhece o ajuste a valor presente para os ativos e passivos de longo prazo, ou de curto prazo, quando apresentarem efeitos relevantes;
- As operações de vendas a prazo relevantes, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos e taxas utilizados nas referidas transações e tem como contrapartida as rubricas "Créditos e outros recebíveis de cooperados e clientes" e "Ingresso e receita operacional", e sua realização é registrada em "Ingressos e receitas financeiras" pela fruição do prazo.
- h) Estoques:
Os insumos foram avaliados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos e contribuições recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido;
- Os produtos agrícolas foram avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquido dos impostos e contribuições recuperáveis, não superando o seu valor realizável líquido;
- Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos e contribuições recuperáveis, não excedendo o seu valor realizável líquido;
- Matérias-primas, materiais secundários, almoxarifados e demais estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor realizável líquido;
- Os estoques de produtos agrícolas não fixados foram avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa 20, porém não contemplados no Balanço Patrimonial.
- i) Investimentos:
Os investimentos em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento;
- Os investimentos em sociedades não-cooperativas, nas quais haja influência significativa ou controle, são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, reduzidos ao valor de realização, quando aplicável.
- j) Imobilizado:
- (i) *Reconhecimento e mensuração*
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment);
- A Cooperativa mensurou, no exercício de 2010, seus bens móveis e imóveis de maior relevância para atribuição de custo – “deemed cost” de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em especial a interpretação ICPC 10. Os valores realizados, através da depreciação e baixa de bens avaliados são revertidos para a conta de Sobras ou Perdas e transferidos para Reserva de Desenvolvimento;
- Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são aquelas constantes da nota explicativa 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Terrenos não são depreciados.

k) *Arrendamentos:*

Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Cooperativa determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Cooperativa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento, daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Cooperativa conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Cooperativa.

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Cooperativa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Cooperativa.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

l) *Obrigações com cooperados e fornecedores:*

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação registrados nos documentos. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo valor de compra praticado pela Cooperativa em 31 de dezembro;

m) *Instituições financeiras:*

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos no recebimento dos recursos e estão apresentados pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pró-rata temporis*).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) *Benefícios a empregados:*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como dispêndios e despesas de pessoal. Com base no plano de participação nos resultados, o passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Cooperativa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de cumprimento dos pressupostos pré-estabelecidos e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o) *Imposto de renda e contribuição social:*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável apurado com base nas operações realizadas com não cooperados excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável das operações com não cooperados para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas, na data do balanço.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Cooperativa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

p) *Instrumentos financeiros:*

A Cooperativa classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Cooperativa classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*
A Cooperativa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cooperativa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Cooperativa.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Cooperativa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e variação nos preços de “commodities”, porém não aplica a contabilização denominada de *hedge* (*hedge accounting*). Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(v) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Cooperativa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Cooperativa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Cooperativa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Cooperativa entende que na data de apresentação do balanço, não existem indicações de que os ativos apresentados nas Demonstrações Financeiras apresentem-se com valores superiores aos de recuperação pelo uso ou venda;

- q) Provisões:
As provisões são constituídas pela Cooperativa quando representarem passivos de prazos ou valores incertos, mas que seja possível realizar uma estimativa confiável destes;
- r) Ingressos e receitas operacionais:
Os ingressos e receitas operacionais são reconhecidos quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Cooperativa, (iii) os dispêndios e custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor dos ingressos e receitas possa ser mensurado de maneira confiável. Os ingressos e receitas são mensurados pelo valor justo recebido ou a receber, líquidos de devoluções, descontos comerciais, bonificações e quaisquer outras deduções similares.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de produtos agroindustriais, a transferência normalmente ocorre no carregamento dos produtos pelo transportador (modalidade FOB) ou quando o produto é entregue no armazém do cliente (modalidade CIF); entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. Nas vendas realizadas na modalidade “Faturamento Antecipado para Entrega Futura”, cujo valor é registrado no Passivo Circulante, os ingressos e receitas de comercialização destes produtos e mercadorias serão reconhecidos no resultado do exercício somente no momento da entrega dos mesmos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ingressos e receitas de prestação de serviços são reconhecidos no momento de sua efetiva realização.

- s) Segregação dos resultados de cooperados e não cooperados:
As sobras e os resultados são segregados de acordo com os atos praticados com cooperados e não cooperados e apropriados diretamente em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos com cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente de acordo com critérios estabelecidos pela Cooperativa.

Para efeito de cálculo das sobras relativas aos cooperados e do resultado das operações com não cooperados foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Para os produtos agrícolas e industriais, a proporcionalidade de aquisições dos produtos de cooperados e não cooperados;
- (ii) Para os insumos, a proporcionalidade das vendas efetuadas a cooperados e não cooperados.
- t) Mensuração do valor justo:
Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cooperativa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Cooperativa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cooperativa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Cooperativa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cooperativa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cooperativa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cooperativa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

u) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

Impacto da adoção da NBC ITG/CFC N° 2004 de 24 de novembro de 2017

A Cooperativa é obrigada a adotar a NBC ITG 2004 Entidade Cooperativa, a partir de 1º de janeiro de 2018. A cooperativa está avaliando o impacto que a adoção inicial desta norma terá em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

A Cooperativa é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Cooperativa está avaliando o impacto que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15 terá em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Rendimento % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e Bancos	-	3.052	3.234	3.112	3.234
Aplicações Financeiras					
Aplicações – CDB	60% a 106% do CDI	149.300	185.674	149.300	185.674
Aplicações – Fundos	5,98% a 9,94%	17.167	-	17.167	-
		169.519	188.908	169.579	188.908

As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor de custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, são prontamente conversíveis, e mantidas para atender aos compromissos de caixa no curto prazo.

5. CRÉDITOS COM COOPERADOS

A composição dos créditos com cooperados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Não Circulante	Circulante	2017	2016
Produtos e Insumos	354.043	13.458	367.501	349.181
Permuta	55.543	429	55.972	38.228
Adiantamentos	27.390	-	27.390	27.617
(-) Ajuste a valor presente	(41.678)	(3.491)	(45.169)	(35.397)
(-) Perdas Estimadas com Créditos	(2.621)	(7.228)	(9.849)	(10.132)
	392.677	3.168	395.845	369.497

Para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, a Cooperativa realiza a análise individualizada dos saldos de cooperados e as garantias fornecidas.

6. CLIENTES

A composição dos créditos com clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Não Circulante	Circulante	2017	2016
Produtos e Insumos	172.527	691	173.218	106.306
Permuta	790	-	790	187
Vendas a fixar	19.878	-	19.878	-
Adiantamentos	2.537	-	2.537	1.133
(-) Ajuste a valor presente	(3.668)	(27)	(3.695)	(2.596)
(-) Perdas Estimadas com Créditos	(343)	(520)	(863)	(892)
	191.721	144	191.865	104.138

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, a Cooperativa realiza a análise individualizada dos saldos de clientes.

Os valores a receber de clientes por idade de vencimento corresponde aos recebíveis de produtos e insumos, e estavam assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	150.654	99.287	150.654	99.287
Vencidos até 30 dias	7.762	33	7.762	33
Vencidos de 31 a 60 dias	2.450	975	2.450	975
Vencidos de 61 a 90 dias	147	68	147	68
Vencidos de 91 a 120 dias	1.486	1.204	1.486	1.204
Vencidos de 121 a 150 dias	1.752	42	1.752	42
Vencidos de 151 a 180 dias	145	26	145	26
Vencidos há mais de 180 dias	8.822	4.671	8.822	4.671
	173.218	106.306	173.218	106.306

A Cooperativa utiliza informações externas e internas que possibilitam avaliar o cliente no mercado, tais como, volume de operações de compra, restrições negativas e com base nessas informações estabelece os limites de crédito e garantias necessárias.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A composição dos créditos tributários é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Não Circulante	Circulante	2017	2016
IPI	-	-	-	12
IRRF	4.246	-	4.246	1.663
PIS	3.066	1.681	4.747	4.433
COFINS	14.417	6.972	21.389	20.102
ICMS	31.200	4.039	35.239	30.874
INSS	-	3.749	3.749	-
	52.929	16.441	69.370	57.084

8. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Não Circulante	Circulante	2017	2016
Aplicações Financeiras (i)	4.509	-	4.509	4.500
Cheques a Receber (ii)	8.639	-	8.639	7.806
Adiantamentos (iii)	852	-	852	484
	14.000	-	14.000	12.790

- (i) Referente a investimentos temporários em títulos de capitalização, sem liquidez imediata;
(ii) Valor referente cheques em cobrança;
(iii) Saldo substancialmente relacionado a folha de pagamento, tais como, adiantamentos de férias, vale-transporte e adiantamentos a empregados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. ESTOQUES

Os estoques são compostos, substancialmente por bens de venda e fornecimento (insumos), produtos agrícolas, matérias primas e produtos industriais (inclusive em processamento) e outros estoques que compreendem principalmente, embalagens e lenha para consumo nas unidades de recebimento, conforme segue:

9.1 ESTOQUES DE BENS DE VENDA / FORNECIMENTO

A composição dos estoques de bens de venda / fornecimento é a seguinte:

			Controladora		Consolidado	
		Não				
	Cooperados	Cooperados	2017	2016	2017	2016
Fertilizantes	-	46.329	46.329	46.961	46.329	46.961
Defensivos	-	87.653	87.653	95.203	87.653	95.203
Sementes	14	43.261	43.275	55.605	43.275	55.605
Máquinas Agrícolas	-	8.588	8.588	8.986	8.588	8.986
Peças e Acessórios	-	6.356	6.356	5.768	6.356	5.768
Ração/Produtos Veterinários	-	866	866	718	866	718
Inoculantes/Suplemento Mineral	-	65	65	64	65	64
Outros	-	71	71	172	71	172
	14	193.189	193.203	213.477	193.203	213.477

9.2 ESTOQUES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

A composição dos estoques de produtos agrícolas é a seguinte:

			Controladora		Consolidado	
		Não				
	Cooperados	Cooperados	2017	2016	2017	2016
Trigo	39.578	-	39.578	57.840	39.578	57.840
Triguilho	-	-	-	3	-	3
Café	44.583	7.494	52.077	22.154	52.077	22.154
Aveia	2.307	140	2.447	357	2.447	357
	86.468	7.634	94.102	80.354	94.102	80.354

9.3 ESTOQUES DE MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS INDUSTRIAIS

A composição dos estoques de matérias-primas e de produtos industriais é a seguinte:

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não	2017	2016	2017	2016
		Cooperados				
Ração/Suplemento Mineral	112	611	723	465	723	465
Macro/Micro Nutrientes	242	1.009	1.251	1.186	1.251	1.186
Derivados de Milho	1.285	1.099	2.384	4.388	2.384	4.388
Milho Industrial	5.983	4.831	10.814	30.164	10.814	30.164
Prod. Químicos/Ingredientes	-	132	132	117	132	117
Laranja e Derivados	20.800	9.672	30.472	11.088	30.472	11.088
Materiais- Tratamento Sementes	-	2.619	2.619	1.856	2.619	1.856
Produtos em Elaboração	4.647	550	5.197	9.015	5.197	9.015
	33.069	20.523	53.592	58.279	53.592	58.279

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.4 OUTROS ESTOQUES

A composição dos demais estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Peças de Reposição	111	45	111	45
Embalagens	3.817	2.744	3.817	2.744
Lenha	5.657	5.502	5.657	5.502
Outros	1.354	1.297	1.354	1.297
	10.939	9.588	10.939	9.588

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A composição dos depósitos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Funrural	173.921	139.910	173.921	139.910
Trabalhista	2.151	693	2.151	693
Impostos	129	120	129	120
	176.201	140.723	176.201	140.723

Os depósitos judiciais relativos ao Funrural referem-se ao processo no qual a Cooperativa discute a constitucionalidade da contribuição previdenciária rural incidente sobre a comercialização da produção de seus cooperados. Seus valores estão corrigidos monetariamente com base na taxa Selic, registrando um montante de R\$ 173.921, sendo R\$ 127.495 de valor principal e R\$ 46.426 de juros e também foram registrados em Obrigações Sociais e Tributárias, no Passivo Não Circulante (vide nota 15).

11. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos em sociedades cooperativas e controladas é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
Entidades Cooperativas	Participação	2017	2016	2017	2016
Coceal – Cooperativa Central de Algodão	-	467	467	467	467
Cooperativa Central Pesq. Agrícola – COOCENTRAL	6,79%	10.932	10.932	10.932	10.932
Sicredi – Sistema Crédito Cooperativo	-	577	459	577	459
Sicoob – Coop. Ec. Créd. Mútuo. Com. Confec. NPR	-	14	8	14	8
Outras Cooperativas	-	14	14	14	14
(-) Perdas Estimadas	-	(5.286)	(5.286)	(5.286)	(5.286)
		6.718	6.594	6.718	6.594
Entidades Controladas					
Integrada Combustíveis e Logística Ltda	99,7%	922	-	-	-
		7.640	6.594	6.718	6.594

Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição. As perdas estimadas em investimentos referem-se ao capital investido nas cooperativas centrais Coceal (R\$ 467) e Coocentral (R\$ 4.819).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O investimento na empresa Integrada Combustíveis e Logística Ltda. foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial com perda de R\$ 74 reconhecida em 2017. A empresa foi constituída em abril de 2015 com o objetivo social de exercer a atividade de Transportador Revendedor

12. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é a seguinte:

				Controladora	
	Taxa deprec. anual	Custo de aquisição	Depreciação, exaustão acumulada	2017 Valor contábil	2016 Valor contábil
Terrenos e Terras	-	70.962	-	70.962	59.776
Construções e Benfeitorias	2% a 5%	248.757	31.430	217.327	197.393
Máq. Equip. Inst. e Benf.	3,33 a 6,67%	344.102	115.319	228.783	203.140
Móveis e Utensílios	6,67%	2.227	1.002	1.225	1.139
Veículos	6,67 a 10%	13.438	4.192	9.246	7.787
Computadores e Periféricos	10%	7.804	3.851	3.953	2.899
Outros	-	6.678	190	6.488	15.096
Obras em Andamento	-	50.758	-	50.758	67.933
		744.726	155.984	588.742	555.163
Controladora					
			Depreciação, Exaustão		
	2016	Aquisições	Baixas	Transferências	2017
Imobilizado	689.112	58.190	(2.576)	-	- 744.726
Terrenos e Terras	59.776	420	-	-	10.766 70.962
Construções e Benfeitorias	223.785	-	(153)	-	25.125 248.757
Máq. Equip. Inst. e Benf.	301.854	2.592	(747)	-	40.403 344.102
Móveis e Utensílios	2.048	180	(30)	-	29 2.227
Veículos	11.964	2.497	(1.059)	-	36 13.438
Computadores e Periféricos	6.467	1.204	(316)	-	449 7.804
Outros	15.285	6.361	(75)	-	(14.893) 6.678
Obras em Andamento	67.933	44.935	(196)	-	(61.915) 50.758
(-) Depreciação, Exaustão Acumulada	(133.949)	-	1.204	(23.239)	- (155.984)
Construções e Benfeitorias	(26.393)	-	23	(5.060)	- (31.430)
Máq. Equip. Inst. e Benf.	(98.714)	-	261	(16.857)	(9) (115.319)
Móveis e Utensílios	(908)	-	13	(111)	4 (1.002)
Veículos	(4.177)	-	672	(687)	- (4.192)
Computadores e Periféricos	(3.567)	-	235	(524)	5 (3.851)
Outros	(190)	-	-	-	- (190)
Valor Residual	555.163	58.190	(1.372)	(23.239)	- 588.742

Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear às taxas que consideram a vida útil estimada, num total de R\$ 23.239. Parte desses encargos, no valor de R\$ 6.522, foi contabilizado como custos dos bens e serviços produzidos, e o restante no valor de R\$ 16.717, foi contabilizado nos dispêndios e despesas operacionais;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. OBRIGAÇÕES COM COOPERADOS

A composição dos débitos com cooperados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	2017	2016
Produtos e Insumos	11.440	2.338	13.778	9.798
Antecipação	10.934	-	10.934	17.768
Faturamento Antecipado	1.903	-	1.903	1.105
Fundo de Assistência Mútua	336	-	336	496
Provisão para Fixação	250.899	-	250.899	241.234
	275.512	2.338	277.850	277.850

14. FORNECEDORES

A composição das obrigações com fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	2017	2016
Produtos e Insumos	35.696	6.814	42.510	87.825
Capital a Restituir	756	-	756	840
Contas a Pagar	977	-	977	3.089
Fundo de Assistência Mútua	376	-	376	246
Provisão para Fixação	38.531	-	38.531	9.357
	76.336	6.814	83.150	101.357

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações sociais e tributárias é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	2017	2016
Férias, Comissões, e Salários	11.363	-	11.363	10.804
Impostos e Contribuições (i) (ii)	5.042	174.200	179.242	144.392
Outras	94	-	94	87
	16.499	174.200	190.699	155.283

- (i) Os valores referem-se substancialmente aos tributos, Funrural, INSS, FGTS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS, ISS e demais impostos e contribuições;
- (ii) O Funrural representa R\$ 173.921, sendo R\$ 127.495 o valor principal e R\$ 46.426 juros calculados com base na taxa Selic, os quais estão garantidos por depósito judicial de igual valor (vide nota 10).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição das obrigações com Instituições Financeiras é a seguinte:

Modalidades	Taxas anuais			Controladora		Consolidado	
		Não					
		Circulante	Circulante	2017	2016	2017	2016
BANCOS		63	-	63	1	63	1
FINANCIAMENTOS							
ACC – Adiant. Contrato Câmbio	US\$ + 5,6 a 6,4%	30.568	-	30.568	42.337	30.568	42.337
Capital de Giro – Nota Créd. Exportação	14,71%	16.201	-	16.201	18.205	16.201	18.205
Capital de Giro – Funcafé	11,25%	10.079	4.500	14.579	16.541	14.579	16.541
Capital de Giro – Cédula Créd. Bancário	14,88 a 18,54%	3.697	1.422	5.119	466	5.119	466
Capital de Giro – Cédula Produto Rural	10,7% a 12,5%	19.673	10.667	30.340	-	30.340	-
Capital de Giro – Progr. Capitaliz. Coop.	10,5% a 12%	31.859	6.667	38.526	59.698	38.526	59.698
Crédito Comercializ. – Funcafé	8,5%	16.288	-	16.288	26.124	16.288	26.124
Crédito Comercializ. – Adiant. Coop.	9% a 9,5%	62.447	-	62.447	35.192	62.447	35.192
Crédito Comercializ. – FGPP	8,5%	30.165	-	30.165	-	30.165	-
FGPM – Fundo Garantidor Preço Mínimo	17%	-	-	-	7.578	-	7.578
Crédito Rural – Benef. Primário	7,8 a 9,5%	113.009	-	113.009	66.776	113.009	66.776
Crédito Rural – Fornec. Insumos	7,5% a 12,75%	419.824	-	419.824	388.248	419.824	388.248
FINAME – Máq. Equipamentos	2,5% a 13,52%	6.076	15.946	22.022	27.661	22.022	27.661
PRODECOOP – Progr. Desenv. Coop.	5,5% a 11,5%	13.751	87.213	100.964	94.777	100.964	94.777
PCA – Progr. Construção de Armazéns	3,5% a 8,5%	2.567	38.249	40.816	31.089	40.816	31.089
		776.204	164.664	940.868	814.692	940.868	814.692
		776.267	164.664	940.931	814.693	940.931	814.693

Os vencimentos dos financiamentos classificados como não circulante estão assim distribuídos:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Em 2018	-	40.686	-	40.686
Em 2019	44.418	22.088	44.418	22.088
Em 2020	23.288	20.312	23.288	20.312
Em 2021	16.987	13.681	16.987	13.681
Em 2022	16.394	13.553	16.394	13.553
Em 2023	15.340	12.528	15.340	12.528
Em 2024 até 2029	48.237	34.741	48.237	34.741
	164.664	157.589	164.664	157.589

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por meio de aval dos diretores, hipoteca de imóveis, penhor de produtos e insumos e fiança bancária, conforme segue:

Modalidades	Saldo devedor 2017	Garantias			
		Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e insumos	Fiança bancária
ACC – Adiant. Contrato Câmbio	30.568	30.568	-	-	-
Capital de Giro – Nota Crédito Exportação	16.201	16.201	-	-	-
Capital de Giro – Funcafé	14.579	14.579	-	-	-
Capital de giro – Cédula Créd. Bancário	5.119	5.119	-	-	1.995
Capital de Giro – Cédula Produto Rural	30.340	30.340	-	13.610	-
Capital de Giro – Progr. Capitaliz. Coop.	38.526	38.526	-	3.888	-
Crédito Comercializ. – Funcafé	16.288	16.288	-	16.288	-
Crédito comercializ. – Adiant. Coop.	62.447	62.447	-	62.447	-
Crédito Comercializ.– FGPP	30.165	30.165	-	30.165	-
Crédito Rural – Benef. Primário	113.009	113.009	-	113.009	-
Crédito Rural – Fornec. Insumos	419.824	419.824	-	313.545	-
Crédito Investimentos – FINAME Máq. Equip.	22.022	22.022	20.981	-	-
Crédito Investimentos – PRODECOOP	100.964	100.964	99.845	-	-
Crédito Investimentos – Progr. Constr. Armazéns	40.816	40.816	40.816	-	-
	940.868	940.868	161.642	552.952	1.995

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial como na administrativa. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e com base em informações de seus assessores jurídicos.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados a riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contingências trabalhistas	687	-	687	-

Os depósitos judiciais relacionados a provisão para riscos estavam assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	2.151	693	2.151	693

A natureza das contingências trabalhistas, consiste, principalmente, em reclamações de empregados vinculados a disputas sobre o montante pago sobre demissões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa da provisão é realizada com base no histórico de ações anteriores com decisão proferida ou acordos firmados entre as partes e inclui também os honorários jurídicos previstos para a conclusão dos processos em andamento.

18. TRIBUTOS DIFERIDOS (Imposto de Renda e Contribuição Social)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre os ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, com base na identificação da operação realizada com não cooperados, ou quando isso não é possível, com base na proporção das operações realizadas com não cooperados.

Sobre o resultado das operações realizadas com cooperados não incide Imposto de Renda e essas operações com cooperados são isentas da Contribuição Social.

As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são 25% para o Imposto de Renda, 10% para o adicional, e 9% para a Contribuição Social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos quando provável que o lucro futuro tributável das operações com não cooperados ou da controlada estejam disponíveis para serem utilizados na compensação de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa da Contribuição Social e das diferenças temporárias, com base na expectativa de resultados futuros preparada pela administração da Cooperativa, as quais podem sofrer alterações.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado periodicamente enquanto as projeções são revisadas anualmente, e caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Créditos tributários diferidos				
Ajuste a valor presente de valores a receber	474	-	474	-
Depósitos judiciais – tributos	50	-	50	-
Provisão de descontos	772	-	772	-
Provisão para contingências	62	-	62	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	23	-
	1.358	-	1.381	-
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Débitos tributários diferidos				
Custo atribuído – realização mais valia	2.349	-	2.349	-
Operações com derivativos (<i>commodities</i>)	72	-	72	-
	2.421	-	2.421	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos	3.091	3.091	8.082	8.082	2.993	2.993	8.081	8.081
Adições e exclusões:								
Ajuste a valor presente	143	143	462	462	143	143	462	462
Depósitos judiciais – tributos	138	138	12	12	138	138	12	12
Provisão de descontos	926	926	224	224	926	926	224	224
Provisão para contingências	181	181	-	-	181	181	-	-
Custo atribuído – realização	476	476	417	417	476	476	417	417
Operações com derivativos	(212)	(212)	-	-	(212)	(212)	-	-
Outras adições e exclusões	249	249	1.765	249	249	249	1.765	249
Base tributável	4.992	4.992	10.962	9.446	4.894	4.894	10.961	9.445
Alíquotas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
IR e contribuição social, corrente	1.194	449	2.651	850	1.194	449	2.651	850
IR e contribuição social, diferido	(1.065)	(383)	-	-	(1.079)	(392)	-	-
IR e contribuição social	129	66	2.651	850	115	57	2.651	850

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado da seguinte forma:

	Controladora	
	2017	2016
Total do capital social Integralizado (em reais)	99.976.390,49	91.137.228,25
Números de quotas-partes	99.976.390	91.137.228
Valor unitário dasquotas-partes	1,00	1,00
Número de cooperados na data do balanço	9.291	8.777
Quantidade de novos cooperados no período	634	496
Quantidade de cooperados desligados no período	120	108

19.2 RESERVAS

Natureza e finalidade das Reservas:

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social é destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa, sendo formada por:

- (i) 10% (dez por cento) das sobras apuradas no exercício;
- (ii) Os resultados de operações com não cooperados;
- (iii) Os eventuais resultados positivos decorrentes de participações em sociedades não cooperativistas.

A Reserva Legal destina-se a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa sendo formada por:

- (i) 20% (vinte por cento) das sobras apuradas no exercício;
- (ii) Valores resultantes das taxas de transferência de quotas-partes, entre cooperados;
- (iii) Créditos não reclamados, decorridos 2 (dois) anos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Auxílios e doações sem destinação especial.

A Reserva de Desenvolvimento destina-se a ampliação de setores operacionais e industriais existentes e à criação de novos setores que garantam a continuidade das atividades da Cooperativa sendo formada por:

- (i) 35% (trinta e cinco por cento) das sobras apuradas no exercício;
- (ii) Captação de lucros por meio de empresas controladas, ou da qual tenha participação acionária;
- (iii) Sobras distribuídas pelas cooperativas singulares e centrais, da qual faça parte;
- (iv) Valores decorrentes de ajustes de normas contábeis contabilizados na conta de ajustes de avaliação patrimonial.

19.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial estão representados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Equipamentos Unidade de Produção	8.356	11.045	8.356	11.045
Construções	37.135	38.102	37.135	38.102
Instalações Elétricas	491	550	491	550
Terraplenagem e Cascalhamento	627	710	627	710
Terrenos	5.069	5.069	5.069	5.069
Terras	2.683	2.683	2.683	2.683
Silos e Partes	18.641	19.874	18.641	19.874
Balanças	961	1.015	961	1.015
Tratores	20	31	20	31
(-) Tributos diferidos	(2.348)	-	(2.348)	-
	71.635	79.079	71.635	79.079

19.4 DESTINAÇÕES DAS SOBRAS

As destinações legais e estatutárias das sobras dos exercícios findos em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	2017	2016		
	Cooperados	Não Cooperados	Total	Total
SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES	60.611	2.896	63.507	71.757
(-) DESTINAÇÕES DO EXERCÍCIO	39.414	2.896	42.310	48.247
RATES - Resultado com Não Cooperados	-	2.896	2.896	4.581
Reserva Legal	12.161	-	12.161	13.435
Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social	6.056	-	6.056	6.717
Reserva de Desenvolvimento	21.197	-	21.197	23.514
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	21.197	-	21.197	23.510

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. PRODUTOS A FIXAR

A Cooperativa mantém estoques de produtos agrícolas de propriedade de cooperados e não cooperados depositados em seus armazéns, que ainda não foram adquiridos e não estão registrados no estoque.

A composição de produtos a fixar de cooperados e não cooperados é a seguinte:

						Controladora
	KG				R\$	
	Não					
Produto	Cooperados	Cooperados	2017	2016	2017	2016
Milho	333.701.946	19.725.906	353.427.852	116.562.122	134.248	57.083
Soja	307.018.327	27.969.829	334.988.156	211.147.509	351.738	230.151
Trigo	42.219.279	8.176.199	50.395.478	42.887.051	29.199	24.840
Triguilho	1.432.296	47.920	1.480.216	1.455.827	252	218
Café	3.339.350	301.422	3.640.772	2.793.875	15.472	12.976
Aveia	360	-	360	34.925	-	15
Algodão	-	-	-	103	-	-
	687.711.558	56.221.276	743.932.834	374.881.412	530.909	325.283

21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS DISPÊNDIOS, DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

A cooperativa apresentou a demonstração de sobras ou perdas utilizando a classificação dos dispêndios, despesas e custos baseada na função das contas de resultado. As informações sobre a natureza dos dispêndios, despesas e custos são apresentadas a seguir:

Natureza dos dispêndios, despesas e custos	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matérias-primas	2.201.596	2.316.114	2.201.596	2.316.114
Variação nos estoques	(36.010)	(22.031)	(36.010)	(22.031)
Dispêndios e despesas com pessoal	92.086	85.921	92.091	85.921
Serviços contratados	46.373	32.269	46.424	32.269
Royalties	28.480	25.012	28.480	25.012
Depreciação	22.695	21.909	22.714	21.909
Frete	56.077	31.577	56.077	31.577
Energia, água, telefone	19.494	20.963	19.494	20.963
Materiais de consumo	18.623	16.768	18.623	16.768
Manutenção e conservação	12.574	10.406	12.577	10.406
Comissões	7.418	7.343	7.418	7.343
Conservação de veículos	5.232	4.408	5.232	4.408
Aluguel e arrendamento	5.072	5.144	5.072	5.144
Impostos e taxas	3.779	3.176	3.781	3.176
Bonificações	2.807	2.448	2.807	2.448
Informática	2.225	2.382	2.235	2.382
Outros dispêndios, despesas e custos	28.973	27.559	28.979	27.560
	2.517.494	2.591.368	2.517.590	2.591.369

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. RESULTADO FINANCEIRO

A composição dos dispêndios e despesas e ingressos e receitas financeiras é a seguinte:

Table with 5 columns: Item, Controladora 2017, Controladora 2016, Consolidado 2017, Consolidado 2016. Rows include Ingressos e receitas financeiras (Juros ativos, Juros de faturamento, etc.) and Dispendios e despesas financeiras (Juros passivos, Descontos concedidos, etc.).

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Gerenciamento dos riscos:
Visão geral
A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.
Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.
- b) Estrutura de gerenciamento dos riscos:
A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.
Classificação dos instrumentos financeiros
A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Table with 2 main sections: Controladora and Consolidado. Each section has columns for 2017 and 2016, with sub-columns for saldos, empréstimos, custos, and instrumentos financeiros. Rows include Ativo (Caixa, Créditos, Clientes, etc.) and Passivo (Empréstimos, Obrigações, Fornecedores, etc.).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas, revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como "risco alto" são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas "contas a receber".

A política de crédito da Cooperativa com o cooperado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito considera o grau de endividamento do cooperado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Cooperativa acredita que nenhuma provisão será necessária com relação às "contas a receber" não vencidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira de gestão de fluxo de caixa.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros), têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(ii) Risco com taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

(iii) Risco de exposição às variações cambiais

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (*hedge*) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de *commodities* com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

(iv) *Risco de preço das commodities*

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das *commodities*, em especial da soja, milho, trigo e suco de laranja, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das *commodities*, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco. Adicionalmente, ela monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das *commodities* com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

(v) *Risco de estrutura de capital (risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizadas é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

A Cooperativa eventualmente realiza operações de instrumento financeiro Non Deliverable Forward - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) *Análise de sensibilidade:*

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2017.

Exposição ao câmbio

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	R\$	R\$	R\$
	Ganho(perda)	Ganho(perda)	Ganho(perda)
Contratos a termo			
Soja	8.572	13.709	(11.062)
Milho	(275)	-	-
Trigo	431	1.532	(1.533)
Suco de laranja	137	-	-
Efeito líquido no resultado	8.865	15.241	(12.595)

Exposição à variação do preço das commodities

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das *commodities* no balanço de 31 de dezembro de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras como cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das *commodities* no resultado futuro:

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	R\$	R\$	R\$
	Ganho(perda)	Ganho(perda)	Ganho(perda)
Contratos a termo			
Soja	8.572	12.173	(12.190)
Milho	(275)	274	(276)
Trigo	431	1.794	(1.795)
Suco de laranja	137	1	1
Efeito líquido no resultado	8.865	14.242	(14.260)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS POR PRODUTO (Lei n.º 5.764/71)

Atendendo ao disposto na Lei n.º 5.764/71 e NBC T 10.8 Entidades Cooperativas, as sobras e perdas apuradas em 31 de dezembro, demonstradas segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

	Controladora	
	2017	2016
PRODUTOS AGRÍCOLAS	25.769	32.512
Ingressos e Receitas	1.696.599	1.721.693
(-) Dispendios e Custos	1.670.830	1.689.181
INSUMOS	28.970	38.609
Ingressos e Receitas	869.164	880.986
(-) Dispendios e Custos	840.194	842.377
UNIDADE INDUSTRIAL DE MILHO	6.000	7.488
Ingressos e Receitas	146.733	168.074
(-) Dispendios e Custos	140.733	160.586
UNIDADE INDUSTRIAL DE FIOS	-	(6.464)
Ingressos e Receitas	-	7.583
(-) Dispendios e Custos	-	14.047
UNIDADE INDUSTRIAL DE RAÇÃO	1.632	1.659
Ingressos e Receitas	36.821	26.539
(-) Dispendios e Custos	35.189	24.880
UNIDADE INDUSTRIAL DE SUCOS	1.331	1.454
Ingressos e Receitas	29.430	30.179
(-) Dispendios e Custos	28.099	28.725
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ LUCRO	63.702	75.258
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	195	3.501
Imposto de Renda e Contribuição Social, Corrente	1.643	3.501
Imposto de Renda e Contribuição Social, Diferido	(1.448)	-
SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.507	71.757

25. SEGUROS

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a data de aprovação das Demonstrações Financeiras para fins de divulgação, 19 de janeiro de 2018, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como sua análise econômica e financeira.



JORGE HASHIMOTO
Diretor Presidente



JOÃO FRANCISCO SANCHES FILHO
Diretor Vice-presidente



KATSUMI SÉRGIO OTAGUIRI
Diretor Secretário



NILTON BIANCHINI JÚNIOR
Contador

CRC-PR n.º 040920/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

C SERV & AUDITORES ASSOCIADOS



C SERV & AUDITORES ASSOCIADOS



Imos, Srs.

Membros da Diretoria e Conselho Fiscal da

INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

LONDRINA - PARANÁ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades cooperativas.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, deveríamos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações fossem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de janeiro de 2018.


MAURO DE SOUZA
 Auditor Responsável
 Contador CRC – PR Nº. 010.899/O-6


CSERV & AUDITORES ASSOCIADOS
 CRC-PR Nº. 00.5377/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros efetivos do Conselho Fiscal da INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinamos o BALANÇO PATRIMONIAL, as DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS, DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO e DOS FLUXOS DE CAIXA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Com base nos exames realizados, somos de opinião que as referidas Demonstrações Financeiras representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2017, portanto recomendamos sua aprovação, pelos senhores cooperados na Assembleia Geral Ordinária.

Londrina-PR, 19 de janeiro de 2018


Cláudio Marcos Orsini


Paulo Polvani


Katsumi Goto

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

(valores expressos em milhares - reais)

	Distribuição e Produção	Controladora	
		Industrial	Total
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS BRUTA	2.860.756	255.997	3.116.753
Ingressos e Vendas	2.860.198	255.997	3.116.195
Ingressos e Receitas Técnicas e Administrativas	558	-	558
DEDUÇÕES DE INGRESSOS E RECEITA BRUTA	342	19.613	19.955
Tributos sobre Ingressos e Vendas	342	19.613	19.955
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDA	2.860.414	236.384	3.096.798
DISPÊNDIOS E CUSTOS DAS VENDAS	2.462.480	175.340	2.637.820
SOBRAS/LUCRO BRUTO	397.934	61.044	458.978
DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	314.624	44.013	358.637
SOBRAS LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	83.310	17.031	100.341



INTEGRADA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL